



Boletim informativo

Curitiba, 14 de setembro de 2012.

Nesta edição

1. Número de expedientes	1
2. Realizado o 60º ENCOGE em Maceió	2
3. Resultados do II Encontro da Comissão de Tecnologia	3
4. Núcleos Integrados da Infância e Família	3
5. Correição em Londrina - I	3
6. Correição em Londrina - II	4
7. Correição em Londrina - III	4
8. Correição em Londrina - IV	4
9. Correição em Curitiba	4
10. Casa de Custódia só para autores de crime contra a mulher	5
11. Recomendação nº 42 do CNJ	5
12. Criação e instalação de Juizados da Violência Doméstica contra a mulher	5
13. Pré-cadastro de recursos a partir de 1º de outubro	6
14. Vagas no Órgão Especial	6
15. Comissão de Saúde Mental	6
16. Posse do Min. Félix Fischer – I	7
17. Posse do Min. Félix Fischer – II	7
18. Primeiro ano de Ouvidoria	8
19. Posse do Min. Francisco Falcão	8
20. III Prêmio Conciliar é Legal	9
21. Programa “Conhecendo a Corregedoria”	9
22. Calendário de Correições	9

Mensagem da Corregedoria-Geral da Justiça

Caro colega,

Temos a honra de repassar informações sobre alguns fatos relevantes acontecidos no mês último, e outros previstos para o mês corrente.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

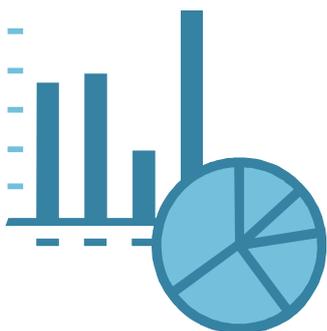
“Julgar é sempre mais ou menos comparar, e é nisso que toda justiça, mesmo a justiça reflexiva, é social.”

(André Comte-Sponville)

1. Número de expedientes

Foram autuados na Corregedoria 616 processos novos, no mês de agosto. Para o Corregedor-Geral foram encaminhados 1003 processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, 722. Foram proferidas 1001 decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e 249 pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados 03 feitos pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor da Justiça, 11.



2. Realizado o 60º ENCOGE em Maceió



O 60º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal aconteceu de 22 a 24 de agosto em Maceió, e contou com a presença de representantes de 24 Estados.

A solenidade de abertura foi presidida pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná, desembargador Noeval de Quadros, que fez pronunciamento mencionando que a Justiça Estadual que processa mais de quatro quintos (4/5) dos feitos em curso em todo o país, segundo a publicação “Justiça em Números” editada pelo CNJ, precisa receber mais atenção e investimentos também da União.

No primeiro dia, o Conselheiro do CNJ Gilberto Valente Martins defendeu prioridade no julgamento de ações de improbidade administrativa e de crimes contra a Administração Pública, de forma a garantir solução mais célere e eficiente para esses casos.

A tarde, o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Bruno Dantas conclamou os corregedores de todos os tribunais de justiça do País a participarem da definição de uma agenda legislativa do Judiciário. O projeto vai reunir os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas prioritários para o Judiciário, que serão monitorados pelo órgão. “Precisamos eleger juntos as proposições legislativas que venham a favorecer a vida do jurisdicionado e fortalecer o Judiciário”, declarou. A chamada agenda legislativa do Judiciário será definida em conjunto

com todos os tribunais, que enviarão ao CNJ a relação de projetos de lei prioritários. “Pretendemos, a partir do projeto, criar uma ponte de comunicação entre o CNJ, os tribunais e os demais Poderes, para ajudar nas demandas da Justiça”, explicou. Na sequência, o Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional, Erivaldo Ribeiro, que discorreu sobre assuntos de interesse do CNJ e respondeu a perguntas dos corregedores.

Na manhã do segundo dia, houve discussões administrativas e aprovação de 16 diretrizes, fruto dos debates travados durante o Encontro, e que servirão de orientação para as Corregedorias.

Na parte da tarde, o encontro teve a palestra do Ministro alagoano Humberto Martins, do STJ, sobre “A efetividade da decisão judicial” e o pronunciamento do Des. Henrique Nelson Calandra, presidente da AMB, que ainda respondeu a vários questionamentos dos presentes. Calandra disse que a AMB deve entrar com ação de inconstitucionalidade contra o dispositivo da Lei 12.794 que deixa a cargo da polícia judiciária a decisão sobre a necessidade, ou não, de escolta para o juiz.

O documento que contém as conclusões pode ser acessado [aqui](#).

Confira ainda a edição especial do [boletim](#) do Colégio dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça sobre o 60º ENCOGE.

3. Resultados do II Encontro da Comissão de Tecnologia



Paralelamente ao 60º Encontro de Corregedores, houve o II Encontro da Comissão de Tecnologia do Colégio, formada por integrantes dos tribunais de todo o país, que buscam um nivelamento tecnológico, sobretudo nas ações das corregedorias.

Essa comissão tem obtido resultados surpreendentes. Uma das primeiras ações de compartilhamento e uniformização foi definir os indicadores mínimos de trabalho, nas inspeções e correições.

Confira mais a respeito clicando [aqui](#).

4. Núcleos Integrados da Infância e Família

No dia 13 de agosto de 2012, o Órgão Especial do TJPR aprovou a proposta do Conselho de Supervisão dos Juízes da Infância e da Juventude – CONSIJ, em que, após estudo em conjunto com um grupo de trabalho composto por assistentes sociais e psicólogos sobre a matéria, instituiu no âmbito do Estado do Paraná os Núcleos Integrados para atuação das equipes multidisciplinares nas Varas de Família e Unidades da Infância e Juventude, visando uma melhor dinâmica organizacional e de apoio.

Em resumo, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os núcleos referidos foram balizados pela Resolução nº 57/2012 do Órgão Especial e, nas demais unidades do Estado, pela Resolução nº 56/2012, cujos teores podem ser acessados clicando [aqui](#).



5. Correição em Londrina - I

No dia 17 de agosto, a Corregedoria concluiu, após três semanas de intenso trabalho, a correição realizada na Comarca de Londrina, a maior do interior do Estado.

Foram 32 serventias judiciais e 24 ofícios extrajudiciais correicionados.

A equipe da Corregedoria esteve composta pelos dois corregedores, por cinco juízes auxiliares e por sete assessores correicionais, auxiliados por um auditor do FUNREJUS.

Londrina tem hoje quarenta e três juízes, entre titulares e juízes de direito substitutos.



6. Correição em Londrina - II



Sala de "depoimento sem dano" pertencente à 6ª Vara Criminal de Londrina (Violência Doméstica e crimes contra criança e adolescente).



Foto tirada em correição da 3ª Vara Criminal de Londrina, em 18.07.2012.



Foto tirada em correição da 14ª Vara Cível de Curitiba, em 20.06.2011.

A Corregedoria pode constatar a plena normalidade dos serviços em Londrina e a expressiva produtividade dos juízes daquela comarca, notadamente após a criação e instalação, neste ano, das duas Varas da Fazenda Pública, duas Varas de Execuções Fiscais, 3ª Vara de Família, 6ª Vara Criminal (Violência Doméstica e crimes contra criança e adolescente) e provimento de mais sete cargos de juiz substituto.

7. Correição em Londrina - III

Deve ser ressaltado, ainda, que para isso contribuiu o provimento dos cargos na estrutura do gabinete do juiz, uma vez que agora todos possuem um assessor 1-C, um assessor 3-C, um estagiário de graduação e um estagiário de pós-graduação, o que otimizou sobremaneira os serviços, máxime porque em Londrina – centro estudantil privilegiado – a equipe de apoio tem reconhecida qualificação.

8. Correição em Londrina - IV

Em nome dos juízes de Londrina, no encerramento, o Diretor do Fórum, Dr. Aurênio Arantes agradeceu a preocupação do TJ com a melhoria das condições em primeiro grau e lembrou que ouviu, pessoalmente, da Min. Eliana Calmon, do CNJ, em Abril/2012, em Londrina e da Min. Carmem Lúcia, do STF, em Julho/2012, em Brasília, que oxalá todos os tribunais estaduais passassem pela transformação e aperfeiçoamento que tem passado o TJ paranaense.

9. Correição em Curitiba

Desde 2011, vem se realizando correição nas varas e ofícios extrajudiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, aos poucos, nas semanas em que os juízes da Corregedoria não estão em viagem para o interior.

Até janeiro de 2013, deverão estar concluídas as correições em todas as serventias do Foro Central da Capital.

10. Casa de Custódia só para autores de crime contra a mulher



Para facilitar o tratamento e a prevenção de novas ocorrências, no dia 7 de agosto (data em que a Lei Maria da Penha completou seis anos de vigência) o Governador do Estado, por decreto, destinou a Casa de Custódia de Curitiba-CCC, exclusivamente, para encarceramento de homens autores de crimes contra a mulher, abrangendo os crimes contra a dignidade sexual, crimes praticados contra a pessoa e outros, praticados com grave ameaça ou violência.

A medida faz parte de um amplo pacote de medidas, que visa reestruturar o sistema de execução penal no Estado e que conta com o efetivo apoio do Tribunal de Justiça.

11. Recomendação nº 42 do CNJ



O Ministro Ayres Brito, Presidente do CNJ, em 8 de agosto de 2012, emitiu recomendação aos tribunais no sentido de que, na menção aos cargos do Poder Judiciário, observem o gênero de seu ocupante, respeitando a condição feminina ou masculina; a linguagem inclusiva de gênero, referente aos cargos, bem como nos atos oficiais de nomeações, posses, designações, documentos funcionais, crachás de identificação pessoal, placas de automóvel, cartões de visita, plaquetas de identificação, entre outros que visem à identificação.

A providência se dá em observância ao princípio constitucional da igualdade de gênero e por ser imprópria a menção de denominações masculinas para cargos ocupados por mulheres.

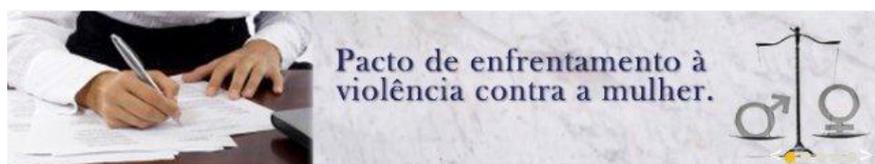
12. Criação e instalação de Juizados da Violência Doméstica contra a mulher



O Tribunal de Justiça do Paraná firmou em 6 de agosto, durante sessão do Órgão Especial, com diversos órgãos públicos e instituições, um Termo de Cooperação Técnica que objetiva a união de esforços para o enfrentamento à violência contra a mulher e a cooperação em atividades que contribuam na divulgação, consolidação e implementação da Lei nº 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, que completou seis anos de existência.

O termo foi elaborado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, presidida pela desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin e composta pelas desembargadoras Lenice Bodstein e Denise Krüger Pereira e pelas juízas Luciane Bortoleto, Suzana Massako Hirma Loreto de Oliveira e Zilda Romero.

O termo objetiva ainda a especialização de varas em todas as comarcas para atender, exclusivamente ou não, ações dessa natureza. Clique [aqui](#) para ver mais detalhes.



13. Pré-cadastro de recursos a partir de 1º de outubro

O Tribunal de Justiça, por meio da [Resolução nº14/2011-OE](#), determinou a implantação do sistema de Pré-Cadastro Eletrônico (SPCE) de ações e recursos de competência originária do TJ. Serão cadastradas, num primeiro momento, as petições iniciais dos Agravos de Instrumento, Mandados de Segurança e Habeas Corpus.



O sistema de Pré-Cadastro deverá ser acessado diretamente no Portal do TJ. A partir do início da vigência da Resolução, que ocorre no dia 1º de outubro, o Centro de Protocolo Judiciário somente receberá petições de Agravo de Instrumento e de Mandado de Segurança de competência originária do Tribunal de Justiça, se estiverem previamente cadastrados no Portal do TJ e com o respectivo extrato acostado, sendo facultativo, portanto, o pré-cadastro das petições de Habeas Corpus, quando não impetrado por advogado.

A implantação do novo sistema pretende agilizar os procedimentos relativos ao registro, autuação e distribuição de feitos de competência originária do TJ, além de considerar ainda, a crescente demanda de ações, recursos e incidentes protocolizados, diariamente, no Tribunal.

Clique [aqui](#) para acessar a página do sistema.

"Não existe um caminho para a felicidade. A felicidade é o caminho."

(Mahatma Gandhi)

14. Vagas no Órgão Especial

No dia 24 de setembro, o Tribunal Pleno escolherá novos seis integrantes para compor o Órgão Especial. Uma dessas vagas é destinada ao Ministério Público. Inscreveram-se para essas vagas 12 candidatos. Confira a relação dos inscritos clicando [aqui](#).

15. Comissão de Saúde Mental

Durante os trabalhos do 59º Encontro de Corregedores, realizado em Foz do Iguaçu no último mês de abril, foi criada uma comissão destinada a promover estudos sobre as causas do comprometimento da saúde mental do magistrado e seus reflexos sobre a prestação jurisdicional.

A comissão reuniu-se, no dia 24 de agosto, no Tribunal de Justiça do Paraná e estavam presentes os magistrados Roberto Portugal Bacellar (presidente), Guilherme Denz, Luciano Albuquerque e Antônio Zoldan da Veiga (TJSC), ocasião em que foi dado início aos trabalhos e proposições de ações e políticas preventivas de saúde que, após deliberação, serão recomendadas a todos os tribunais estaduais do país.

Presentes também à reunião o supervisor do Centro de Assistência Médica e Social do TJ, Roberto Cursio Salomão, além de servidores do Tribunal.

Deliberou-se, também, na ocasião, consultar os juízes de todo o país sobre as sugestões que têm sobre o tema. Nova reunião aconteceu no dia 12 de setembro, na presidência do TJ.

Clique aqui para [mais](#) detalhes sobre essa reunião.



16. Posse do Min. Félix Fischer - I



A cerimônia de posse do Ministro Félix Fischer na Presidência do STJ, na sexta-feira, dia 31 de agosto, foi uma das mais concorridas de todos os tempos, com o Plenário de sessões lotado. Altas autoridades da República estiveram presentes, a começar pela presidenta Dilma Roussef, o ministro Ayres Britto (presidente do Supremo Tribunal Federal), o senador José Sarney (presidente do Senado) e o deputado Marco Maia (presidente da Câmara), entre outras.

Foi um momento mágico para o Estado do Paraná, que foi citado em todos os discursos, por ser o que marcou a vida profissional do Ministro, que nasceu na Alemanha e ascendeu a Procurador de Justiça no Paraná. Fischer iniciou o seu discurso falando da importância que tem, para ele, a sua família, toda ela voltada para o Direito e depois de enaltecer lúcidas considerações sobre o papel do STJ, o tribunal da cidadania, fez verdadeiro louvor ao Paraná, homenageando uma por uma as autoridades do nosso Estado que, aliás, lotavam as dependências do Plenário.

A ovação foi tão grande que o Dr. Ophir Cavalcanti, Presidente da OAB nacional, iniciou o seu discurso dizendo “hoje, o Paraná está em festa”.



17. Posse do Min. Félix Fischer - II

Fischer disse ainda que são necessários óbices recursais para conter a demanda que inunda o STJ (são vinte e sete mil processos novos por mês e hoje há um passivo de duzentos e sessenta e dois mil processos). *“Na verdade, entender dessa maneira, além de tudo, proporciona uma justa valorização das árduas atividades desenvolvidas em primeiro e segundo grau, instâncias soberanas na definição das questões de fato e também sempre zelosas em relação às questões de direito”*, afirmou.

Todos que discursaram reconheceram o elevado conhecimento jurídico e a profundidade de conceitos que caracterizam o novo Presidente do STJ, o qual, também, é excelente companhia por ter humor refinado.

Eliana Calmon disse que Fischer, ao retirar a toga, *“torna-se uma companhia alegre e divertida, disputada entre os colegas pela verve e inteligência crítica, amante de boa música, sem dispensar o acompanhamento de um bom vinho, escolhido com o esmero de um apurado paladar, bem denunciante da sua origem europeia”*.





18. Primeiro ano de Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná comemorou no dia 5 de setembro um ano de sua instalação. Atendendo à Resolução nº 103 do Conselho Nacional de Justiça, seu objetivo é ser ferramenta para a valorização da cidadania e melhoria dos serviços da Justiça.

É um órgão administrativo vinculado ao gabinete do corregedor-geral da Justiça, tem como ouvidor-geral o juiz Antonio Franco Ferreira da Costa Neto e como ouvidora-substituta a juíza Vania Maria da Silva Kramer, ambos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça. Na coordenação, a bacharel Cláudia Sabatoski.

A Ouvidoria-Geral da Justiça passou, desde o dia 02.08.2012, a utilizar o sistema SISOUVE, decorrente do convênio firmado entre os TJPR e TJDF, cujo programa, embora ainda necessite de algumas adaptações, tornou os registros recebidos pelo órgão 100% eletrônicos, gerando automaticamente um número de protocolo interno para todos os contatos recebidos. O convênio com o Distrito Federal é importante porque lá a Ouvidoria-Geral da Justiça já completou dez anos de existência e tem um trabalho extremamente elogiado. Essa mudança já pode ser vista na página eletrônica do TJPR, no link “Ouvidoria”, com o novo formulário disponível.

O atendimento da Ouvidoria é feito por meio eletrônico, no endereço <http://www.tjpr.jus.br/formulário>, pelos telefones 3200-3130 e 3200-3070 ou pessoalmente, no 10º andar do anexo do Tribunal de Justiça, no horário das 12h às 18h.

O [relatório](#) do primeiro trimestre do ano de 2012, indexado no dia 05 de agosto deste ano, igualmente pode ser visto no link “[Ouvidoria](#)” no site do TJPR.

19. Posse do Min. Francisco Falcão

Tomou posse como novo Corregedor Nacional de Justiça, em 6 de setembro, o Min. Francisco Falcão, pernambucano de nascimento, ele que foi nomeado desembargador pelo quinto constitucional na classe dos advogados. Foi Corregedor da Justiça Federal no biênio 2009 a 2011. Falcão assume no lugar da Ministra Eliana Calmon.

O Corregedor-Geral do Paraná prestou homenagem à Ministra Calmon em artigo publicado em 06.09.2012 no Jornal Gazeta do Povo com o título “Eliana Calmon, um Quixote moderno”.

Clique [aqui](#) para ler o artigo.



20. III Prêmio Conciliar é Legal

No II Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, realizado no dia 13 de agosto de 2012, foi apresentado o regulamento da terceira versão do Prêmio Conciliar é Legal, cujo objetivo é identificar, premiar e disseminar boas práticas autocompositivas que estejam contribuindo para a efetiva pacificação de conflitos bem como para a modernização, rapidez e eficiência da Justiça Brasileira (art. 1º).

Os temas são dois: Justiça cidadã, sociedade mais justa e Eficiência das estruturas da conciliação e mediação e contará com as seguintes categorias: Tribunal Estadual, Regional do Trabalho, Regional Federal, Acadêmicos de Graduação em Direito e Sociedade Civil.

As inscrições poderão ser feitas até o dia 29 de setembro, através do e.mail premioconciliar@cnj.jus.br.



21. Programa “Conhecendo a Corregedoria”

Aprovado no 60º ENCOGE, os tribunais do país deverão fazer trabalho de divulgação do que é a Corregedoria, e da sua importância para o pleno funcionamento dos serviços do Judiciário, nos moldes do projeto “Conhecendo a Corregedoria-Geral da Justiça” do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que desenvolve um trabalho junto às escolas e universidades, por meio de palestras e debates.

É nesse espírito de transparência e no fomento à formação de novos profissionais que a Corregedoria passou a tratar este assunto como estratégico.



Corregedoria-Geral da Justiça

22. Calendário de Correições

No mês de **agosto**, foram realizadas as Correições indicadas abaixo:

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Judicial

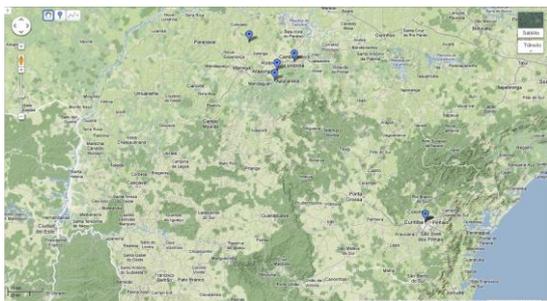
08/08/12 – 11ª Vara Criminal, 11ª Vara Cível e 4º Juizado Especial Criminal
22/08/12 – 14ª Vara Criminal, 12ª Vara Cível e 5º Juizado Especial Criminal

Foro Extrajudicial

07 e 08/08/12 – Distrital do Tatuquara
21 e 22/08/12 – 4º Tabelionato de Protesto

Interior (Foros judicial e extrajudicial)

01 a 03/08/12 – Londrina
13 a 17/08/12 – Londrina
27/08/12 – Santa Fé
28/08/12 – Arapongas
29 a 31/08/12 – Apucarana



Para o mês de **setembro** estão previstas Correições indicadas abaixo:

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Judicial

12/09/12 – 1ª VEP, 13ª Vara Cível e 14ª Vara Cível.

26/09/12 – 2ª VEP, 15ª Vara Cível e 16ª Vara Cível.

Foro Extrajudicial

11 e 12/09/12 – 2º Tabelionato de Protesto

26/08/12 – Distrital do Taboão

Interior (Foros judicial e extrajudicial)

04/09/12 – Bocaiúva do Sul

05 e 06/09/12 – Campo Largo

14/09/12 – Palmeira

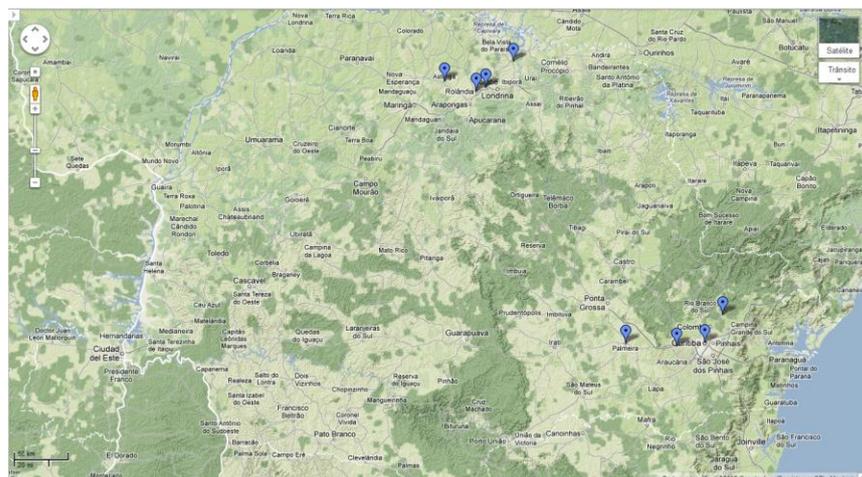
17/09/12 – Rolândia

18/09/12 – Sertanópolis

19/09/12 – Cambé

20 e 21/09/12 - Astorga

SETEMBRO 2012							
							1
2	3	4	5	6	7		8
9	10	11	12	13	14		15
16	17	18	19	20	21		22
23	24	25	26	27	28		29
30							



Clique [aqui](#) para saber mais sobre o calendário de correições e inspeções.

Ano 2012 – Nº 9

Publicação Eletrônica Mensal da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Des. Noeval de Quadros, Corregedor-Geral da Justiça.

Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, Corregedor da Justiça.

Coordenação e Edição: Lenir Stival Possenti,
Simone Ribeiro Gama Triches,
Hayton Lee Swain Neto e
Maria Helena Marcon.